

INVESTIGAÇÃO EM PRÉ-HISTÓRIA RECENTE NO CONCELHO DE CUBA – BALANÇO DOS RESULTADOS E PERSPECTIVAS FUTURAS*

por

Susana H. Correia**

Resumo: Nas Actas do Encontro Internacional de Arqueologia do Sudoeste (Huelva, 1994) apresentavam-se, pela primeira vez, os objectivos programáticos do projecto de investigação sobre a Pré-História Recente iniciado em 1993 no concelho de Cuba, no Baixo Alentejo, Portugal.

Faz-se, agora, o balanço do trabalho realizado até ao presente, apontando-se as principais linhas de investigação em curso ou a implementar em anos subsequentes.

Palavras-chave: Sudoeste; Cuba; Calcolítico; intensificação; interacção; complexificação.

Nas Actas do Encontro Internacional de Arqueologia do Sudoeste (Huelva/Niebla, 1993) apresentámos, pela primeira vez, os objectivos do Projecto de Investigação sobre a Pré-História Recente iniciado em 1993 no concelho de Cuba.

Decorridos três anos, procurámos fazer um balanço do trabalho realizado até este momento, reafirmando a necessidade de prosseguir a investigação basicamente segundo os moldes que, nesse Encontro, haviam já sido delineados.

Três anos de trabalho de campo num território (concelho de Cuba, distrito de Beja, Baixo Alentejo), efectuado intermitentemente durante o Verão/inícios do Outono de cada ano, produziram, como é natural, ainda poucos resultados que se possam considerar inovadores. No entanto, eles fazem parte de um conjunto de informações que se irão, pouco a pouco, congregando, segundo a perspectiva, já anteriormente expressa, de efectuar o estudo de uma micro-região o mais exaustivamente possível.

* Comunicação apresentada ao II Encontro Internacional de Arqueologia do Sudoeste (Faro/Aljustrel/Castro Verde, 1996).

** Rua Dr. Manuel Arriaga, 30 – 7800-178 Beja – PORTUGAL.

Esse trabalho de campo consistiu essencialmente, de 1993 a 1995, em campanhas de escavação (com a duração média de 3 semanas/ano) no povoado calcolítico do Cabeço da Azurria, e, em 1996, numa campanha de prospecção sistemática (com a duração de 3 semanas) do território concelhio.

Simultaneamente, procedeu-se a uma abordagem teórica sobre diversas questões relacionadas com a investigação do Calcolítico no Sul de Portugal, abordagem essa que, ao cruzar-se com os conhecimentos sobre o Calcolítico no concelho de Cuba decorrentes da investigação já referida (à excepção da prospecção de 1996, realizada no mês de Outubro), consistiu a base da dissertação de Mestrado defendida em Junho de 1996 na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com o título *Calcolítico do Sul de Portugal – Estudo de um caso: o concelho de Cuba* (Correia, Susana H., 1996).

O artigo que agora apresentamos não pode, pela sua natureza, aprofundar todos os temas que foram objecto da nossa análise. Considerando-se, porém, importante, segundo a filosofia que presidiu à realização destes *Encontros*, dar a conhecer a investigação em curso no que se convencionou chamar o *Sudoeste*, tenta-se, aqui, sintetizar, por um lado, o trabalho de campo desenvolvido, e, por outro, as principais questões decorrentes da análise acima mencionada.

INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NO CABEÇO DA AZURRIA

Até ao momento em que se redige este trabalho, efectuaram-se, já, quatro campanhas de escavação neste local (duas em 1993, uma em 1994 e outra em 1995). Estamos, porém, ainda longe de nos podermos pronunciar sobre questões fundamentais para a compreensão global deste sítio, nomeadamente qual a sua real extensão, existência de linhas de muralha, caracterização das estruturas já encontradas, determinação de eventuais fases de ocupação, etc. O que seguidamente se apresenta é, pois, apenas, o ponto da situação possível de fazer neste momento, que, esperamos, venha a ser consideravelmente ampliado com o decorrer dos trabalhos que pretendemos continuar a desenvolver nesta região.

O povoado calcolítico do Cabeço da Azurria situa-se numa elevação com a altitude máxima de 238 m (CMP 499 – Cuba, Escala 1/25 000) que corresponde a um dos últimos contrafortes a Oeste da serra do Mendro ou de Portel, que aí dá lugar à planície que se estende até Beja. Não sendo, em termos de altitude, uma elevação muito pronunciada, a sua posição em relação à planície permite-lhe, para Sul e Oeste, um controlo visual do território que se estende por cerca de 30 Km. Já para Norte e Este esta distância é consideravelmente reduzida, pois aí se elevam vários outros cabeços que constituem os limites da referida serra de Portel. Nesta elevação nascem diversas pequenas linhas de água que, juntando-se a outras pro-

gressivamente de maiores dimensões, desaguam na ribeira de Malk-Abraão, afluente da ribeira de Odivelas, inserindo-se todo este conjunto na bacia hidrográfica do Sado. A ribeira de Malk-Abraão situa-se a cerca de 1 km do povoado.

Esta elevação possui encostas relativamente suaves, mas apresenta, a meia altura, diversos afloramentos rochosos que coincidem sensivelmente com o limite de controlo visual dos acessos para quem se situe no seu ponto mais elevado. Pensou-se, naturalmente, que este poderia ser o local privilegiado para, em termos de uma possível estratégia defensiva, implantar uma linha de muralha. No entanto, a prospecção do terreno não revelou quaisquer vestígios à superfície, nem mesmo o aproveitamento dos afloramentos existentes (com intervalos preenchidos por muros de ligação, como é frequente em situações análogas e se veio a confirmar suceder no caso do povoado Azurria 2). A análise das fotografias aéreas do local (Escala 1/15 000, voos de 1970 e 1988), também não revelou quaisquer estruturas à superfície, nem alterações do terreno que pudessem indiciar a sua existência. Pensa-se, porém, apesar da forte erosão do terreno nesta zona já de encosta, realizar, em posteriores intervenções, algumas sondagens tendentes a confirmar ou refutar esta hipótese.

A área total do sítio é de, aproximadamente, 24 ha, sendo pouco provável que toda tenha sido uniformemente ocupada. A prospecção revelou, porém, uma zona de maior densidade de achados de superfície, correspondendo, sensivelmente, a 1 ha (10 000 m²). Em trabalhos posteriores haverá, também, que confirmar se a dispersão de achados corresponde a uma efectiva ocupação. A zona até agora intervencionada sendo de 105 m², fácil é calcular o pouco que ainda conhecemos sobre as verdadeiras características deste local.

Outros elementos de análise haverá, que, por se encontrarem ainda em falta, dificultam a caracterização do povoado – queremos referir-nos às datações que ainda não se possuem e às análises da fauna recolhida.

Na área intervencionada detectou-se uma estrutura, de planta aproximadamente circular até ao ponto em que foi posta a descoberto. Um dos objectivos da campanha de 1995 fora a sua delimitação total, o que não foi, porém, totalmente conseguido. Relativamente à topografia do local podemos, no entanto, afirmar, desde já, que esta estrutura ocupa um lugar central no povoado. Composta por pedras sobrepostas, com terra ocupando os intervalos (podendo funcionar como ligante), apresenta, bem nítidas, as suas faces interna e externa, com pedras de maiores dimensões que as que preenchem o interior. O seu diâmetro interno aproximado é de 6,6 m, o que corresponde a uma área interna aproximada de 34 m². A escavação não passou, aí, dos níveis superficiais, pois optou-se por uma escavação em área que possibilitasse a sua definição total.

É, ainda, cedo para nos pronunciarmos em definitivo sobre a natureza deste compartimento, sobretudo se atendermos ao facto de ele se não encontrar definido

em toda a sua extensão. No entanto, a forma aparente até agora (sensivelmente circular) e as suas dimensões parecem afastar de toda a ideia de que se trate de uma linha de muralha. A verificar-se o seu fechamento conferindo-lhe uma forma circular ou sub-circular, como a inclinação dos muros parece sugerir, poderemos estar, porém, em presença de uma torre central como as que foram encontradas, por exemplo, no Monte da Tumba (Silva, C., 1987 b)) ou em Castelo Velho (Jorge, S., 1993), que possuem, de resto, dimensões que não se afastam muito das desta estrutura (diâmetros externos aproximados: Monte da Tumba – 12 m; Castelo Velho – 9 m; Cabeço da Azurria – 8 m).

A este compartimento central adossa-se um outro, designado por compartimento 1. Procedendo-se à sua escavação em área, não foi possível atingir, ainda, o substrato rochoso, dada a quantidade de materiais encontrados.

Parece ser claro que se trata de uma estrutura adossada ao compartimento central, uma vez que o seu fecho se faz utilizando, parcialmente, o muro delimitador dessa mesma estrutura (desconhecendo-se, no entanto, ainda, se as duas estruturas correspondem a uma mesma fase construtiva ou se esta última terá sido edificada num momento posterior). A partir daí foi construído um muro que delimita um espaço interno sensivelmente circular com cerca de 5 m de diâmetro interno máximo – área interna aproximada de 19,5 m² (a forma de círculo é-lhe, no entanto, “retirada” pela curvatura natural do muro da estrutura central). Esta estrutura é contruída do mesmo modo que a anterior, tendo-se utilizado, no entanto, no seu aparelho construtivo, pedras de menores dimensões. Ainda não é claro, neste momento, se existem, e onde, aberturas de acesso ao espaço interior.

Em toda a área escavada surgiu, sob os níveis superficiais, um outro, de cerâmica de revestimento (o também denominado “barro de cabanas”), que, no compartimento 1, selava os níveis subjacentes (podendo o mesmo vir a suceder no interior do compartimento central).

Em conclusão, teríamos, assim, uma edificação cuja base foi construída em pedra e com a parte superior feita à base de ramagens recobertas por argila, não havendo elementos que permitam afiançar se essa estrutura mais ligeira diria respeito às paredes e à cobertura ou unicamente a esta última. Em qualquer dos casos, é admissível a hipótese da existência de postes de sustentação da cobertura, que, até ao momento, ainda não foram detectados.

O espaço interior definido pelo compartimento 1 foi aquele que, até ao momento, foi escavado em maior profundidade. A importância deste espaço advem-lhe do facto de ter sido selado por um nível de cerâmica de revestimento, que permitiu o excelente estado de conservação dos níveis subjacentes, revelado, por exemplo, no número elevado (para situações de escavação em zonas de *habitat*) de recipientes partidos mas praticamente completos, e, mesmo, de um recipiente intacto. A cartografagem dos achados não permitiu, porém, a determinação de

áreas funcionais específicas neste interior. A análise do conjunto de materiais recolhidos aponta, porém, para a utilização deste compartimento como um espaço doméstico, de natureza multifuncional – 2772 fragmentos de recipientes cerâmicos, 8 vasos cerâmicos praticamente completos, 15 fragmentos de “crescentes”, 11 fragmentos de “pesos de tear” paralelepípedicos, 3 fragmentos de “queijeiras”, 1 fragmento de colher (cabo), utensílios em pedra lascada e polida (3 fragmentos de lâminas, 4 pontas de seta, 4 machados, 2 dos quais reutilizados como percutores), 2 furadores (em cobre e em osso), 3 elementos de moinhos manuais e abundantes ossos de animais, muitos deles carbonizados.

Os materiais provenientes destas intervenções encontram-se em curso de tratamento e catalogação. Não se tendo, ainda, procedido ao seu estudo, limitamo-nos a descrevê-los genericamente:

Material lítico – Pontas de seta de base recta e côncava, sendo uma delas em sílex; lâmina retocada em sílex; machados e enxós de pedra polida de secção sub-quadrangular e sub-rectangular; abundantes fragmentos de quartzo com vestígios de talhe; moinhos manuais (moventes e dormentes).

Material em osso – Furador.

Material metálico – Furador.

Material cerâmico – Milhares de fragmentos cerâmicos, de que se destacam diversos bordos sem espessamento, espessados internamente, espessados externamente, espessados interna e externamente, na maioria pertencentes a pratos ou taças; formas fechadas simples ou compósitas, de fundo convexo ou plano, na sua maioria esféricos com e sem mamilos junto ao bordo; um fragmento com mamilos duplos; fragmentos de vasos de paredes rectas; fragmentos decorados com incisões delimitando campos preenchidos a pontilhado, possivelmente pertencentes todos à mesma peça; prato com decoração brunida no interior; fragmentos de “queijeiras”; fragmentos de colheres; fragmentos de “pesos de tear” paralelepípedicos com uma ou duas perfurações nas extremidades; fragmentos de “crescentes” de secção circular ou sub-rectangular.

PROSPECÇÃO

A prospecção sistemática do concelho de Cuba faz, como dissemos, parte integrante do Projecto de Investigação que se tem vindo a desenvolver na região. Não cabendo, aqui, a explanação das razões que determinaram a escolha deste tipo específico de prospecção, queremos, apenas, salientar que a sua utilização neste concelho poderá servir como termo de comparação para o que se conhece ou venha a ser conhecido em zonas adjacentes onde se efectue, apenas, uma prospecção selectiva do território.

Este trabalho de inventário encontra-se, ainda, muito longe da sua conclusão. Foi realizado, até 1995, com poucos meios, recorrendo apenas a uma pequena equipa de três prospectores, dois dos quais funcionários da Câmara Municipal de Cuba, que necessitavam conjugar este trabalho com as suas outras ocupações profissionais (método de prospecção por bandas paralelas, estando os prospectores distanciados entre si 6 a 7 m aproximadamente, variando essa distância em função das características topográficas do terreno). Só no ano de 1996 estas condições foram significativamente alteradas – tendo-se optado por interromper as escavações no Cabeço da Azurria, a campanha que decorreu nas três primeiras semanas do mês de Outubro com uma equipa de cerca de 15 elementos, centrou-se, unicamente, na prospecção. Encontrando-se os dados desse trabalho ainda em fase de sistematização, eles não serão aqui incluídos. No entanto, podemos, desde já, adiantar que os resultados obtidos não vêm alterar, qualitativamente, o que já era conhecido para a região em presença – com a única excepção da identificação de um possível local de *habitat* (mancha de dispersão de cerâmica) já no concelho de Beja (limite com o concelho de Cuba), denominado Barranco da Horta de D. Pedro, e que se situa em zona aberta, sem condições naturais de defesa, que corresponde a solos de barros calcários castanho-avermelhados (Classe A). O que a seguir se expõe reflecte, necessariamente ainda, uma visão parcelar do conjunto dos sítios arqueológicos do concelho, que, no entanto, permite tecer, desde já, algumas considerações. A estes elementos resultantes da observação directa do território, juntaram-se outros, provenientes de pesquisa bibliográfica, que inclui os dados de dois levantamentos arqueológicos não sistemáticos realizados em 1982 e 1989/90, respectivamente por Alberto Coimbra (Coimbra, A., 1982) e Miguel Lago da Silva (Silva, M., 1990), e os da prospecção realizada no âmbito do projecto de S. Cucufate por Vasco Mantas e Pierre Sillières (Mantas, V., 1986 e Mantas, V., P. Sillières, 1990), que abarcou uma pequena parte deste concelho.

Encontram-se, até 1995, inventariados 66 sítios arqueológicos no concelho de Cuba, dos quais unicamente 15 correspondem à época que designamos por Pré-História Recente:

Povoados: Cabeço da Azurria ou Cabeço da Pelada, Azurria 2, Cabeço da Mina, Cabeço do Monte dos Bispos, Monte das Passadeiras, e Outeiro do Tijolo ou Poço dos Três.

Monumentos megalíticos: Anta de Cima, Aroeira, Fareloa, Formiga 1 ou Anta da Formiga, Monte da Ribeira 1, Monte da Ribeira 3, Monte da Ribeira 4, Menir da Horta dos Canos do Meio.

Achado avulso: Herdade dos Urmos (machado de pedra polida).

Em Cuba, a capacidade de uso do solo apresenta uma acentuada dicotomia Norte/Sul, com predominância, nas freguesias de Faro do Alentejo e Cuba, de

solos de utilização agrícola das Classes B (com limitações moderadas) e A (sem limitações) e, nas freguesias de Vila Alva, Vila Ruiva e parte Norte da de Cuba, de solos de utilização agrícola de Classe C (condicionada por limitações acentuadas), não agrícola (florestal) de Classe E (com limitações severas) e complexos – Classes C+D ou E. Essas duas zonas correspondem, respectivamente, ao que se designa por “barros de Beja” e “terras galegas”, ou seja, as férteis terras da planície e as menos produtivas terras dos relevos da serra de Portel.

A análise do mapa de distribuição de achados da Pré-História Recente mostra-nos que eles se situam todos (com a única excepção do possível monumento megalítico da Aroeira) a Norte, nas terras mais elevadas e de menores aptidões agrícolas do concelho (últimos contrafortes da serra do Mendro). Poder-se-ia pensar que isso se deve, naturalmente, ao facto de uma parte dessa zona ser constituída por montado, não sendo presentemente agricultada (a agricultura com recurso a tractores que efectuam lavras profundas é, sobretudo, praticada na planície, embora actualmente algumas explorações agrícolas da zona Norte tenham passado a recorrer a máquinas com um potencial destrutivo (do nosso ponto de vista) ainda maior, para preparar o terreno xistoso para plantio de vinha (assim foi destruída a anta da Formiga e um sítio romano – uma provável *villa* ou casal agrícola). As lavras mecânicas, porém, embora se possam revelar uma ameaça à integridade dos sítios arqueológicos, acabam por funcionar, em certos casos, como um bom método para assinalar a sua presença, uma vez que o revolvimento de terras provocado permite trazer à superfície vestígios que, de outro modo, não seriam tão perceptíveis.

Ao observar-se o mapa geral de distribuição de achados, constatamos, precisamente, essa realidade – apesar de uma maior densidade na zona Norte, foram também detectados diversos sítios de outras épocas na zona da planície (27% do total).

A observação do posicionamento dos povoados na Carta Hipsométrica revela-nos que eles se dispõem em zonas de altura, mas de acesso fácil às zonas baixas circundantes – para o Cabeço da Azurria, Azurria 2, Cabeço do Monte dos Bispos, Outeiro do Tijolo e Cabeço da Mina a planície de Cuba, para o Monte das Passadeiras a depressão onde corre a ribeira de Odivelas, formando uma espécie de arco que acompanha, sensivelmente, a curva de nível dos 200 m de altitude.

Se exceptuarmos os casos da possível articulação entre o povoado do Outeiro do Tijolo e o menir de Malk-Abraão (Vidigueira), do povoado do Neolítico Final de S. Cucufate (Vidigueira) com a anta da Fareloa ou com o menir da Horta dos Canos do Meio, e do Monte das Passadeiras com três possíveis antas (Monte da Ribeira 1, 3 e 4) não divisamos relações de proximidade entre contextos habitacionais e funerários. Convém ressaltar aqui que, ao falarmos de possíveis “articulações”, o estamos a fazer com base unicamente em termos de proximidade de sítios, sem qualquer base arqueográfica de apoio.

Relativamente aos eventuais territórios de exploração dos povoados, fizemos um ensaio de delimitação com base em Davidson (Davidson, 1984) dos territórios de exploração de 30 minutos de percurso pedestre dos sítios que se encontram concentrados na parte norte da freguesia de Cuba (exceptuando, portanto, o Monte das Passadeiras e delimitando, para o Cabeço da Azurria e Azurria 2, dada a sua proximidade, um único território com base num ponto intermédio entre os dois locais). Tendo-se recorrido a esse ensaio unicamente como uma experiência – dado desconhecermos, ainda, quer a totalidade dos elementos resultantes da prospecção, quer a cronologia específica de alguns sítios (como o Cabeço do Monte dos Bispos, Azurria 2 ou Cabeço da Mina), não consideramos necessário nem oportuno proceder desde já a uma análise mais elaborada que considerasse, igualmente, os territórios de 1 ou 2 horas para cada local.

Este ensaio permitiu-nos chegar às seguintes conclusões: todos os territórios de exploração de recursos correspondendo a 30 minutos de percurso pedestre (elaborados com base nas cartas 1/25 000 e transpostos seguidamente para a escala 1/50 000 a partir do ponto central de cada sítio – exceptuando o caso dos povoados da Azurria, como acima dissemos) se sobrepoem, sucessivamente, em parte ou numa extensão considerável, o que implica, logicamente, que, para territórios de 60 m, essa sobreposição ainda mais se acentuará. Não possuindo quaisquer elementos, na altura em que escrevemos, para falar, mesmo que muito genericamente, de contemporaneidades (que, a esse nível genérico, só podem ser intuitas para o Cabeço da Azurria e o Outeiro do Tijolo, precisamente os dois casos que se encontram mais distanciados), não valorizamos grandemente esta constatação. Porém, caso essas contemporaneidades venham a ser de futuro constatadas (com recurso a escavações), teremos, forçosamente, um qualquer grau de articulação entre estes sítios, articulação essa que não passa pela complementaridade no que diz respeito a recursos – pois eles são praticamente os mesmos para todos os casos, mas que poderá, por hipótese, basear-se numa complementaridade de funções (os povoados *especializados* de que falam autores como José Arnaud, Carlos Tavares da Silva ou Victor Gonçalves para o Sul do país, embora, a nosso ver, com insuficientes dados arqueográficos a corroborar a hipótese). Na mesma linha de raciocínio, ainda mais extemporâneo seria falarmos sobre possíveis *hierarquizações* de sítios (daí termos preferido o termo articulação), embora não deixemos de assinalar a existência, por um lado, de elevações extensas e bem destacadas na paisagem (Cabeço da Azurria, Outeiro do Tijolo, Cabeço da Mina) e, por outro, de locais mais pequenos e de menor impacto visual (Azurria 2 e Cabeço da Mina) que, curiosamente, são os únicos onde até agora se identificaram vestígios de amuralhamentos que os circundam.

Neste contexto consideramos que um dos casos potencialmente mais interessantes para um futuro estudo desta região é o do Cabeço da Azurria e de Azurria

2. A sua grande proximidade e as suas tipologias aparentemente tão diversas constituem indícios “sedutores”, não para teorizarmos de momento sobre eles, mas para considerarmos como prioritário o seu estudo articulado, prosseguindo as escavações em extensão no Cabeço da Azurria e iniciando-as simultaneamente em Azurria 2.

Relativamente ao tipo de recursos potencialmente explorável a partir dos povoados, vemos que, dentro de uma área de captação de recursos situada a 30 minutos de percurso pedestre, encontramos sempre uma complementaridade entre os recursos da serra e os da planície. Quanto ao acesso à água, como já referimos acima, todos estes locais apresentam pequenas nascentes nas suas encostas, e cursos de água semi-permanentes dentro desses territórios de 30 minutos (estes cursos semi-permanentes mantêm, mesmo durante o Verão, zonas onde a água se concentra), que permitiriam a prática de uma agricultura de regadio em pequena escala, como a que ainda hoje se pratica em pequenas hortas junto aos cursos de água. Em certos casos (como no Cabeço da Azurria ou no Outeiro do Tijolo) existem, na actualidade, fontes muito próximas, cuja água corre durante todo o ano. A sua localização parece, portanto, excepcionalmente bem adaptada ao exercício de actividades agro-pastoris.

O povoado do Monte das Passadeiras insere-se numa realidade um pouco diferente da que acabamos de analisar. Na sua proximidade não se encontram solos com as aptidões dos da planície de Cuba, mas o vale da ribeira de Odivelas apresenta condições para o estabelecimento de pequenas hortas, facilmente irrigáveis. O conjunto formado por este povoado e por três possíveis monumentos megalíticos constitui um outro caso a merecer uma abordagem mais aprofundada, quer através da realização de escavações no povoado, quer através da remoção das pedras que ocultam os possíveis monumentos, para confirmar a sua existência e, em caso afirmativo, proceder posteriormente à sua escavação.

Relativamente à zona de concentração de diversos monumentos megalíticos, que coincide com o limite com o concelho de Vidigueira (Anta de Cima, Anta da Fareloa, menires de Malk-Abraão e da Horta dos Canos do Meio), existe, ainda, todo um trabalho de prospecção a fazer com vista à detecção de outros monumentos funerários e de locais de *habitat* que de momento se desconhecem (à excepção de S. Cucufate). Salienta-se que é nesta zona que estão assinaladas ocorrências de minérios cupríferos, considerando-se necessário proceder, igualmente, a uma prospecção destes locais, com vista à identificação de possíveis vestígios de exploração em épocas pré-históricas.

A tipologia dos monumentos funerários conhecidos permite inseri-los num vasto conjunto, melhor conhecido no Alto Alentejo, mas que, na região baixo-alentejana, tem representações nos concelhos de Cuba, Mértola, Moura, Serpa e Vidigueira. São monumentos de câmara poligonal, com ou sem corredor, que, no

único caso em que parcialmente se conserva, parece ser bem diferenciado, com esteios de menor altura que os da câmara funerária, mas desconhecendo-se o seu comprimento (Anta de Cima: altura máxima dos esteios da câmara acima do solo: 2,05 m; altura dos esteios do corredor: 0,62 e 0,68 m). A única exceção é o monumento da Aroeira, que conhecemos unicamente a partir de uma descrição de Abel Viana, e que seria um monumento de planta trapezoidal, com 3 m de comprimento por 1 m de largura aproximada (Viana, 1946).

O CONCELHO DE CUBA E A REGIÃO ENVOLVENTE

Procurando organizar as informações relativas ao povoamento de Cuba e região envolvente, elaborou-se uma ficha descritiva dos *habitats* aí referenciados. Diferente de uma ficha de inventário de sítios arqueológicos, procurou-se assinalar, nela, os diferentes *items* que pudessem contribuir para a caracterização dos diversos locais, permitindo, assim, uma eficaz sistematização de dados. Nessa elaboração inspirámo-nos em Susana Oliveira Jorge, (Jorge, S., 1994), com as adaptações que considerámos apropriadas para a realidade que abordávamos. Utilizaram-se os seguintes descritores:

Nome – Concelho – Distrito – Trabalhos efectuados – Tipo – Cronologia
Área estimada – Altitude – Tipos de solo – Estruturas “defensivas”
Estruturas habitacionais – Estruturas de função não especificada
Materiais de construção – Fases de construção – Fases de ocupação
Relação f. const./f.ocup. – Indicadores económicos
Actividades artesanais – Materiais significativos
Necrópole ou túmulos associados – Obs. – Bibliografia

Trataram-se, deste modo, os elementos relativos a povoados localizados em Cuba e concelhos limítrofes, e, também, na região Alentejo/Serra Algarvia, considerando-se, para esta última, casos em que uma zona ou um sítio foram mais aprofundadamente estudados e publicados (*concelho de Portel* – Balsa, Cortes 2, Funchal, Mina de Algares, Moncarxa, Outeiro do Fojo/Pero Moreno, Outeiro da Grade, Quintinha, S. Lourenço de Portel, Senhora da Giesteira, Vale Sapo/Celeirões; *concelho de Vidigueira* – Castelos Velhos, Cortes 1, Gião, Mangancha, Melroeira, Mendro, Mirante, Pasparda, Sala nº 1, S. Cucufate, S. Lourenço, Zambujoso; *concelho de Cuba* – Azurria 2, Cabeço da Azurria, Cabeço da Mina, Cabeço do Monte dos Bispos, Monte das Passadeiras, Outeiro do Tijolo; *concelho de Alvito* – Cabeço da Mina, Ribeira de Odivelas, Odivelas; *concelho de Ferreira do Alentejo* – Porto Torrão; *concelho de Beja* – Folha do Ranjão, Três Moinhos;

concelho de Reguengos de Monsaraz – Barrisqueira, Marco do Albardeiros/Albardeiros, Monte Novo dos Albardeiros, Outeiro das Carapinhas/Monte do Azinhalinho, Pipas, Torre do Esporão/TESP 3; *concelho de Mourão* – Fábrica de Celulose, Hortinho, Porto das Carretas, Quinta da Fidalga; *concelho de Montemor-o-Novo* – Escoural; *concelho de Alcácer do Sal* – Barrada do Grilo, Castelos do Torrão, Monte da Tumba; *concelho de Sines* – Monte Novo, Vale Pincel II, Vale Vistoso; *concelho de Aljustrel* – Castelo de Aljustrel; *concelho de Ourique* – Cortadouro; *concelho de Serpa* – Cerro dos Castelos de S. Brás e S. Brás 3; *concelho de Moura* – Castelo Velho de Safara; *concelho de Loulé* – Cerro do Castelo de Corte João Marques; *concelho de Alcoutim* – Cerro do Castelo de Santa Justa, Cerro do Castelo das Mestras).

Questionando esse registo, procurou-se resposta para diversas questões: Estará o processo de calcolitização do Sul de Portugal relacionado com o impacto, na zona, da Revolução dos Produtos Secundários? Verificam-se nesse período sinais de intensificação, interacção e complexificação das sociedades?

A primeira dificuldade que se nos depara é a da quase total ausência de conhecimentos sobre os períodos imediatamente anterior e posterior à realidade que vimos abordando. Se para a região de Reguengos de Monsaraz foram já identificados alguns contextos habitacionais atribuíveis ao Neolítico de Tradição Antiga e ao Neolítico Médio, que permitiram a Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares propôr uma evolução do povoamento correlacionável com diversos e sucessivos estádios de desenvolvimento das forças produtivas (Soares, J., Silva, C. T., 1992), verificamos, para o resto da região, uma quase total ausência de elementos. Como detectar, então, sinais de mudança com base numa realidade que parcialmente se desconhece?

Conjugando os dados relativos ao povoamento na zona de Reguengos com a quase total ausência de vestígios na restante região, somos levados a concluir, provisoriamente, que o povoamento correspondente ao Neolítico se terá processado de uma forma dispersa, constituindo aquilo que Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares intitulam de povoados pouco visíveis, de curta duração, correspondendo a sociedades que praticariam uma agricultura de enxada incipiente, espacialmente restrita, provavelmente em conexão com solos de média densidade e bom índice de produtividade. Agricultura essa que poderia, porém, não corresponder ao modelo de “corte e queimada” proposto por esses autores, que Sherratt associa, preferencialmente, às zonas tropicais ou da Europa Boreal, estando pouco adaptada às condições que se verificam na Europa temperada (Sherratt, 1995). Nesta sociedade, cujos contornos praticamente desconhecemos, parece que um papel importante estaria atribuído aos monumentos funerários, enquanto “marcadores” simbólicos de eventuais territórios. Encontramo-nos, aqui, porém, ape-

nas no campo das hipóteses, não comprovadas, ainda, por dados provenientes do registo arqueológico.

Entrando no período de que nos ocupamos especialmente, constatamos, já, uma outra realidade – com efeito, parece assistir-se a uma “explosão” do número de locais habitados, em nítido contraste com o que anteriormente se verificara. Esse aumento é interpretado por certos autores como sendo uma consequência da Revolução dos Produtos Secundários – a intensificação agrícola possibilitada pelas novas técnicas dela decorrentes teria provocado um aumento demográfico e possibilitado, também, a exploração de solos de inferior qualidade, o que justificaria a ocupação de novos territórios. No entanto, em casos como o Alto Algarve Oriental, as razões desse povoamento não se centrariam na prática da agricultura, mas, sim, na procura de locais ricos em ocorrências cupríferas – simplesmente, as novas técnicas possibilitavam a prática da agricultura nessas inóspitas regiões.

O que nos mostra, então, o registo arqueológico, que possa comprovar ou desmentir estas hipóteses?

Relativamente à serra algarvia, Victor Gonçalves sugere que um aumento demográfico na zona dos barros de Beja, aliado ao emprego de novas tecnologias do trabalho da terra integradas na RPS (nomeadamente o uso do arado e da tracção animal) teriam sido os causadores do povoamento calcolítico da serra – “Aliás, a capacidade de uso dos solos evidencia que as grandes transformações relacionadas com o mundo agrícola se passaram alhures, muito provavelmente nos Barros de Serpa e Beja. Daí vemos o desenvolvimento das comunidades calcolíticas do Alto Algarve Oriental como um resultado de um fenómeno de sobrepressão demográfica noutras regiões, e não como um fenómeno traduzindo uma poderosa dinâmica interna” (Gonçalves, 1989, p. 471). Tal argumento presuporia, porém, uma intensidade de ocupação dessa tão fértil zona do Baixo Alentejo que não é, de momento, de modo algum visível no registo arqueológico. Poderá a mecanização agrícola, tão intensamente empregue nos últimos 30 anos, ser a responsável pelo desaparecimento de alguns vestígios; no entanto, e até provas em contrário, cremos que a ela não pode ser imputada tanta invisibilidade do registo arqueológico. E, embora se não tenham realizado nesta zona mais fértil prospecções sistemáticas, se compararmos estes dados com os que são conhecidos para outras épocas, como a Idade do Bronze ou a época romana, verificamos que a situação se altera radicalmente.

Parece-nos, pois, pouco aceitável a teoria de uma colonização interna para justificar a ocupação destas zonas de serra. O facto de essa ocupação adquirir, aí, uma maior visibilidade durante o Calcolítico, corresponde, a nosso ver, apenas ao que se passa de modo geral em todo o Sul de Portugal durante essa mesma época, e que se relacionará, como adiante tentaremos demonstrar, com o impacto da Revolução dos Produtos Secundários.

Na zona de planície correspondente aos “barros de Beja”, constatamos uma baixíssima percentagem de sítios. Pelo contrário, quando avançamos para Norte e surgem os primeiros contrafortes da Serra do Mendro ou de Portel, a situação altera-se radicalmente. A partir da cota dos 200m foram identificados mais de 20 povoados, a maioria deles parecendo, aliás, constituir uma espécie de “anel” que vai acompanhando essa cota em torno da serra (aquilo que Victor Gonçalves (Gonçalves, 1989) designa por “disposição por cômoros em linha”). Um outro núcleo concentra-se mais para o interior, junto ao Mendro (entre Vidigueira e Portel). Se atentarmos à capacidade de uso dos solos na zona serrana, verificamos que a implantação destes povoados obedece a uma lógica própria – deixando de parte os que se “debruçam” sobre a planície e analisando os que se implantam nas zonas do interior serrenho, vemos que eles coincidem com uma zona entre a Vidigueira e Portel que corresponde a uma mancha com aptidões agrícolas (embora, por vezes, com limitações). O que não acontece no restante interior, onde os solos são maioritariamente da Classe E (utilização florestal com limitações severas) e que, pelo menos de momento, se apresenta “vazio” de povoados.

A análise da distribuição dos monumentos megalíticos por toda esta zona não nos parece apontar para uma realidade substancialmente diversa: embora as duas manchas de “ocupação” se não sobreponham senão parcialmente, os critérios de selecção de sítios parecem não diferir muito dos anteriores – continua a verificar-se uma implantação preferencial em locais acima dos 200 m de altitude (embora em alguns casos os monumentos megalíticos se situem a um nível menos elevado que os povoados) e em solos cujas aptidões agrícolas são muito semelhantes às que ocorrem nos povoados (ausência quase total na zona dos “barros” de Beja e ausência igualmente nas zonas de serra com aptidões agrícolas mais reduzidas (Classe E – utilização florestal com limitações severas).

Victor Gonçalves, na sua análise do povoamento da região de Vidigueira-Portel (Gonçalves, 1989), explica essa situação pela intenção de se controlarem os caminhos da serra, fácil vigilância dos acessos e mesmo a possibilidade de se fecharem esses mesmos acessos entre a serra e a planície. Não esquecemos que parece ser patente a procura de locais elevados para a implantação preferencial de povoados (embora desconheçamos cronologias absolutas para a maioria deles e quais os artefactos neles encontrados durante as prospecções). O que pomos em causa é que, no estado actual da investigação, as considerações de natureza estratégica possam ser vistas como as únicas possíveis ou até mais prováveis para terem determinado essa escolha.

Sherratt, no seu artigo de 1981, defende a seguinte evolução para as práticas agrícolas na Europa: durante o Neolítico, agricultura de enxada, praticada em solos nem muito leves nem muito pesados, como, por exemplo, o *loess*. Este tipo de agricultura influiu no tipo de povoamento, que se concentra em algumas zonas

de alta produtividade, com áreas restritas cultivadas intensamente (Europa Central e do Norte). Do Neolítico Final à Idade do Bronze, desenvolve-se pela primeira vez uma agricultura de arado, em solos mais leves (especialmente arenosos). No entanto, trata-se, ainda, de formas incipientes de arado, aquilo que denomina arados ligeiros. No Final da Idade do Bronze/Idade do Ferro, começam a empregar-se arados de tipo pesado, capazes de revolverem torrões, espalhando-se, então, a ocupação pelos ainda pouco usados solos pesados (argilosos ou aluviais).

Desconhecemos, ainda, com exactidão, as modalidades de povoamento correspondentes ao primeiro destes períodos no Sul de Portugal (exceptuando o caso de Reguengos de Monsaraz, que parece contradizer o modelo de Sherratt), mas a identificação de diversos sítios Neolíticos feita recentemente por Manuel Calado para a zona de Évora constitui uma valiosa indicação de que esta situação a breve prazo conhecerá importantes modificações. Uma vez que, na região concreta que estudamos (Cuba e região adjacente), o vazio é ainda mais acentuado, tentaremos, apenas, confrontar o modelo de Sherratt com os elementos reunidos sobre as épocas seguintes.

A conclusão a que chegamos é que existem fortes indícios de que, no final do 4º-inícios do 3º milénio no Sul de Portugal, se registou um incremento no número de sítios conhecidos, implantados, preferencialmente, em zonas elevadas, muitas vezes na transição entre a planície e a serra, e, outras, em ambientes francamente serranos. Não excluimos a hipótese de que tenha sido, aí, possível praticar uma agricultura de enxada, mas, talvez, a razão da identificação de número tão elevado de sítios habitados possa corresponder, de facto, ao início da utilização de arados ligeiros, eventualmente combinados com o emprego de enxadas para a remoção de raízes, conferindo uma maior produtividade a estes solos leves – tal poderá ser o caso do Alentejo e, também, do Alto Algarve Oriental.

O emprego destes arados não permitiria, porém, como já vimos, o cultivo de solos tão pesados como são os “barros” de Beja, o que explica a quase ausência de povoamento até épocas muito mais tardias.

Ficam por explicar, de acordo com o modelo que propomos, casos como o do povoado de Porto Torrão, em Ferreira do Alentejo (estatisticamente negligenciável mas cuja existência não podemos, porém, escamotear), aparentemente situado em zona impossível de agricultar com um arado de tipo ligeiro. Desconhecemos, porém, se existirão nas proximidades manchas de solos de outro tipo que não os “barros” – talvez uma pesquisa orientada na direcção inversa à que foi efectuada permita chegar a conclusões diferentes das apontadas pelo responsável pelo seu estudo – caso contrário, outras explicações terão que ser encontradas, uma vez que as datações 14C a ele relativas, mesmo para os níveis campaniformes, não apontam para uma tardia ocupação do local.

As gravuras representando um carro e um arado, ambos utilizando a tracção

animal, recorrentemente utilizadas como argumento comprovativo da Revolução dos Produtos Secundários no Neolítico Final alentejano, revestir-se-ão de um maior significado dentro do contexto que propomos, assim como os restos de bovídeos detectados em alguns povoados, se bem que em percentagens pouco significativas (Porto Torrão, Monte Novo dos Albardeiros, Monte da Tumba). Embora, para o primeiro caso, nos pareça que a sua própria existência inviabilize a noção de ruptura cultural que Rosa e Mário Varela Gomes defendem para o sítio, constituindo, pelo contrário, uma indicação de sentido oposto, ao demonstrar que os seus autores possuíam o conhecimento de uma agricultura de tipo desenvolvido.

Na tentativa de propor um modelo para a calcolitização do Sul de Portugal, começamos, assim, por assumir a existência de um fenómeno de intensificação agrícola relativamente a períodos anteriores, fenómeno esse decorrente das inovações trazidas pela Revolução dos Produtos Secundários a este território. Será, pois, o momento de nos questionarmos sobre a existência de outros testemunhos comprovativos dessa mesma intensificação, e, também, de novos aspectos associados com a Revolução dos Produtos Secundários. Procuraremos, ainda, detectar outros sinais correlacionáveis com um movimento mais alargado de intensificação económica.

As actividades de moagem que comprovamos no registo arqueológico parecem apontar no sentido da intensificação de práticas agrícolas durante o Calcolítico. E, se dizemos *parecem*, é porque os dados relativos à fase anterior se revelam extremamente escassos – são raros os moinhos manuais encontrados em povoados anteriores ao Neolítico Final, mas eles são igualmente raros em contextos que consideramos calcolíticos. No entanto, muitos povoados foram apenas objecto de recolhas superficiais, o que não poderá ser um indicador fiável para a determinação de conjuntos artefactuais. De qualquer modo, em 54% dos casos registou-se a presença destes artefactos, que atingem percentagens elevadas nos povoados do Monte da Tumba, Santa Justa, Cabeço da Mina, Cerro do Castelo de Corte João Marques e Mangancha. A existência de estruturas para armazenagem no Monte da Tumba não pode, pela sua natureza excepcional, servir de elemento comprovativo, a menos que a associemos com os outros dados provenientes do mesmo povoado. A ocorrência de machados de pedra polida de secção rectangular em praticamente todos os *habitats* calcolíticos é, a nosso ver, um indicador seguro da desflorestação de grandes áreas, que ficariam, assim, preparadas para a prática da agricultura.

O somatório de todos estes dados aponta, em nossa opinião, para o incremento da agricultura durante o Calcolítico, incremento esse traduzido quer no aumento dos locais cultivados quer, dentro deles, das respectivas áreas de cultivo.

Nos poucos casos em que foram efectuadas, as análises faunísticas dos

povoados não constituem um forte indicador da Revolução dos Produtos Secundários – regista-se, como dissemos, a ocorrência de bovídeos em alguns casos, e, também, de ovicaprídeos (Monte da Tumba, Monte Novo dos Albardeiros e Porto Torrão). Mas se, em Porto Torrão, se detectou uma tendência para o abate de animais adultos, o mesmo já não acontece no Monte da Tumba. Os elementos para análise são, no entanto, tão reduzidos, que não consideramos que possam ter qualquer validade do ponto de vista estatístico.

O mesmo não acontece, aparentemente, com a prática da tecelagem, que seria corrente na maioria dos povoados (74%).

O fabrico de derivados do leite apenas se registou em 8 casos, e, mesmo nesses, com um número de artefactos reduzido.

Relativamente à prática da metalurgia, registamos, em primeiro lugar, uma grande deficiência de conhecimentos sobre a maioria dos povoados identificados na região (60 casos considerados, só 23 objecto de escavação, na maior parte dos casos sob a forma de sondagem ou escavação de pequena extensão). Constatou-se a impossibilidade de articular práticas metalúrgicas com tipos específicos de povoados, e a ausência de povoados especializados de prospectores de metal.

Quanto aos aspectos concretos desta actividade, verificamos que a metalurgia aparece como uma actividade entre muitas outras, coexistindo espacialmente com elas em áreas e estruturas de vocação multifuncional (exceptuando os casos de Cerro do Castelo de Corte João Marques e Santa Justa) – aquilo a que Susana Oliveira Jorge chamou “áreas mistas”, com actividades decorrendo rotativamente no mesmo espaço (Jorge, S., 1994). As estruturas identificadas e a tipologia dos materiais produzidos (de que parece estar ausente qualquer tipo de “standardização”) apontam para uma produção em pequena escala, de carácter “doméstico”, posta ao serviço de tarefas quotidianas.

Reequacionando os dados que temos vindo a analisar, e cruzando-os com outros indicadores de actividades económicas que detectamos, obtemos um quadro que aponta para uma economia mista, com grande complementaridade de recursos (agricultura, pastorícia, caça, pesca, produção de artefactos líticos, cerâmicos, metálicos), respondendo as condições de implantação da maioria dos povoados a locais que possibilitassem, precisamente, o acesso a recursos diversificados.

Outra das ideias-chave defendida ou contestada por diversos autores para a época que abordamos é a da complexidade social. Procuraremos, portanto, agora, analisar diversos aspectos que possam funcionar como indicadores da possível emergência de sociedades complexas.

Constatamos ser, de momento, extremamente difícil detectar, no Sul de Portugal, esferas de interacção, quer de âmbito regional, quer supra-regional. Com

efeito, os elementos demonstrativos de contactos escasseiam no registo arqueológico. O estudo da fauna de alguns povoados (Porto Torrão, Monte Novo dos Albardeiros, Torre do Esporão 3, Monte da Tumba) revela, porém, a presença, em zonas de interior, de moluscos marinhos e estuarinos, que pressupõe, necessariamente, a existência de uma procura de certos elementos inexistentes na proximidade imediata dos mesmos. Carlos Tavares da Silva, ao abordar a questão das trocas durante o Calcolítico Inicial e Pleno, aponta para a existência de uma complementaridade inter-regional, destacando, para além da fauna, o sílex (que é raro no Alentejo e surge geralmente sob a forma de artefactos acabados, provenientes da Estremadura ou do Algarve) e diversos objectos em calcário (embora relativamente ao sílex constatemos a ocorrência de subprodutos de talhe em diversos *habitats* (Cabeço da Mina, Pipas, Monte da Tumba, Monte Novo 1), parecendo indicar uma produção local, se bem que de reduzida escala). O aparecimento da cerâmica com decoração tipo “folha de acácia” em alguns povoados alentejanos, se bem que em percentagens residuais, sugere, igualmente, a existência de contactos inter-regionais. Cremos, porém, que a escassez da evidência não permite que admitamos, de momento, a existência de redes de intercâmbio activas e permanentes integrando este território.

O surgimento, no Alentejo e Alto Algarve Oriental, de fortificações com um “ar de família” mediterrânico (Jorge, S., 1994) poderá apontar para a existência de contactos supra-regionais cujos contornos não podemos, porém, caracterizar com clareza. Parece-nos difícil aceitar o aparecimento espontâneo deste tipo de arquitectura em diversos pontos da Península Ibérica. O que não acreditamos é que ela represente um modelo acabado, vindo do exterior, e utilizado seja por grupos alógenos no seio de comunidades indígenas, seja por elites locais pertencentes a comunidades detentoras de uma hierarquização social. Como Carlos Tavares da Silva salienta, regista-se, em certos casos, uma progressiva complexificação construtiva, partindo de um modelo inicial bastante simples (caso, por exemplo, de Santa Justa, em que a fortificação inicial é inteiramente desprovida de torres). Não será, então, preferível aceitarmos a adopção de uma ideia (muitas vezes mal aplicada, como nota Victor Gonçalves, a propósito da desnecessária proliferação de torres nas fases posteriores de Santa Justa), sem que, necessariamente, a tenhamos que correlacionar com uma estrutura social mais ou menos complexa?

Cremos, com efeito, que, no estado actual da investigação, não possuímos – antes pelo contrário – dados que permitam explicar quais os mecanismos que determinaram a adopção, por certas comunidades, deste tipo de arquitectura. O que nos parece evidente, a partir da análise dos diferentes tipos de povoados do sudoeste, é que não é perceptível qualquer diferenciação económica, social ou funcional entre eles, sejam ou não fortificados, implantem-se em locais elevados

com boas condições naturais de defesa ou em zonas abertas de planície. Citando Susana Oliveira Jorge, “o que incessantemente os chamados “dados empíricos” têm vindo a demonstrar é a negação da unidade e da eficácia operativa do conceito “fortificação” (Jorge, S., 1994, p. 483).

Convém, aqui, salientar, mais uma vez, a natureza precária dos dados que manuseamos. Não podemos, com efeito, afirmar, relativamente às dimensões dos povoados, que conhecemos com clareza quais as áreas exactas que foram ocupadas. Nos casos em que existem fortificações, sabemos que elas não correspondem à totalidade do espaço habitado, mas não conhecemos, também, com exactidão, as suas características e dimensões. A ideia que retemos é a de uma grande variabilidade regional, sem que, no entanto, seja clara uma correspondência entre ela e uma qualquer rede de povoamento implicando formas de hierarquização. A existência, defendida por alguns autores, de uma diferenciação/especialização funcional inter-povoados também não é, para nós, identificável através do registo arqueológico. Consideramos, assim, que não existem razões que permitam falar de uma clara especialização funcional, ou do aproveitamento de recursos altamente especializados. O que nos parece patente é, pelo contrário, a utilização de um leque de recursos diversificado, com um aproveitamento integrado de todos eles. A análise das actividades praticadas intra-povoados também não parece particularmente representativa de uma especialização funcional – pelo contrário, salvo algumas excepções, como possíveis zonas de tecelagem e de trabalho de metal, o que encontramos são áreas multifuncionais, onde se desenvolveriam, em simultâneo ou rotativamente, tipos de actividades diversificados (mas devemos, uma vez mais, acentuar a precaridade de elementos de análise, decorrente do pequeno número de escavações em extensão realizadas). Reconhecemos que modelos, como o de Rui Parreira relativamente a Alcalar (Parreira, 1995), sejam propostas interessantes a serem testadas no futuro, mas não encontramos no registo arqueológico disponível quaisquer razões que o possam, empiricamente, validar (inexistência de elementos comprovativos de comércio a longa distância, práticas agrícolas elaboradas como o regadio, circulação e utilização hierarquizada de bens de prestígio, especialização funcional inter e intra-povoados).

A detecção de sinais de hierarquização com base na análise de tipologias e contextos funerários revela-se impossível para a zona que abordamos mais pormenorizadamente. Como já salientamos, ela corresponde a um vazio da investigação, não tendo sido praticamente nenhum monumento alvo de escavações em época recente. Consideramos, por isso, prematuro propôr qualquer seriação cronológica dos monumentos, ou defender, como alguns autores, que a construção dos *tholoi* se terá efectuado em época tardia. Será, talvez, oportuno chamar uma vez mais a atenção para a possibilidade de variabilidades regionais, extensivas, também, ao registo funerário. E se, na zona de Reguengos, encontramos monu-

mentos de tipo *tholos*, como a Comenda e Farisoa, de construção claramente posterior a antas integradas na mesma estrutura tumular (mas com associações artefactuais não indiciadoras de “descontinuidade cultural”), em Ferreira do Alentejo (Folha da Amendoeira) ou no Escoural encontramos *tholoi* com conjuntos artefactuais típicos do que se considera como a fase de apogeu do megalitismo (abundância de placas de xisto gravadas, por exemplo). O que ressalta do que acabamos de expôr é, mais uma vez, a necessidade de proceder a estudos de carácter regional, que procurem definir, dentro do possível, “contemporaneidades” e diacronias, sem as quais se torna inviável qualquer tentativa de interpretação.

BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, M. T. (1987) – O povoado fortificado calcolítico do Monte da Tumba. IV – Mamíferos (nota preliminar), *Setúbal Arqueológica*, VIII, Setúbal.
- ARNAUD, JOSÉ MORAIS (1982) – O povoado calcolítico de Ferreira do Alentejo no contexto da Bacia do Sado e do Sudoeste peninsular, *Arqueologia*, 6, Porto.
- ARNAUD, JOSÉ MORAIS (1993) – O povoado calcolítico de Porto Torrão (Ferreira do Alentejo): Síntese das investigações realizadas, *Vipasca*, 2, Aljustrel.
- CHAPMAN, ROBERT (1990) – *Emerging complexity. The later prehistory of south-east Spain, Iberia and the West Mediterranean*, Cambridge.
- COIMBRA, ALBERTO M. (1982) – *Roteiro Arqueológico do concelho de Cuba* (relatório apresentado à Câmara Municipal de Cuba, integrado nos estudos preparatórios do Plano Director Municipal).
- CORREIA, SUSANA (1991) – Actividade arqueológica no Baixo Alentejo: balanço e perspectivas de intervenção, *Actas das IV Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1990) da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Lisboa.
- CORREIA, SUSANA (1994) – A investigação em Pré-História Recente no Baixo Alentejo. Estado da questão e alguns problemas, *Arqueología en el entorno del Bajo Guadiana – Actas del Encuentro Internacional de Arqueología del Suroeste*, Huelva.
- CORREIA, SUSANA (1994/95/96) – *Relatórios de Escavação (1993, 1994, 1995) do povoado calcolítico do Cabeço da Azurria* (apresentados ao IPPAR e à Câmara Municipal de Cuba).
- CORREIA, SUSANA (1996) – *Calcolítico do Sul de Portugal – Estudo de um caso: o concelho de Cuba* (dissertação de Mestrado (fotocopiada), apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto).
- DAVIDSON, IAN, G. N. BAILEY (1984) – Los yacimientos, sus territorios de explotación y la topografía, *Boletín del Museo Arqueológico Nacional*, II, 1, Madrid.
- GADEPC (1979) – Serpa – S. Brás 3, *Informação Arqueológica – 1977/78* 1, Braga.
- GOMES, M. VARELA, R. V. GOMES, M. FARINHA DOS SANTOS (1983) – O santuário exterior do Escoural, sector NE (Montemor-o-Novo, Évora), *Zephyrus*, XXXVI, Salamanca.
- GOMES, M. VARELA, R. V. GOMES, M. FARINHA DOS SANTOS (1994) – O santuário exterior do Escoural, sector SE (Montemor-o-Novo, Évora), *Actas das V Jorna-*

- das Arqueológicas (Lisboa, 1993) da Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa.*
- GOMES, R. V., M. VARELA GOMES, M. FARINHA DOS SANTOS (1985) – Santuário exterior e povoado calcolítico do Escoural, *Clio/Arqueologia-1983/84*, 1, Lisboa.
- GONÇALVES, VICTOR, JOÃO CARDOSO, ROSA VARELA GOMES, MÁRIO VARELA GOMES, ANA MARGARIDA ARRUDA, JOAQUINA SOARES, CARLOS TAVARES DA SILVA, CAETANO DE MELLO BEIRÃO, RUI PARREIRA (1985) – Povoados calcolíticos fortificados no Centro/Sul de Portugal: génese e dinâmica evolutiva, *Clio Arqueologia-1983/84*, 1, Lisboa.
- GONÇALVES, VICTOR S. (1987a) – O povoado pré-histórico da Sala nº 1 (Pedrógão, Vidigueira): notas sobre a campanha 1 (88), *Portugalia*, N.S., VIII, Porto.
- GONÇALVES, VICTOR, RAFAEL ALFENIM (1987b) – Os povoados calcolíticos da Mangancha. Notícia preliminar, *Resumo da comunicação apresentada às I Jornadas Arqueológicas de Torres Vedras*, Torres Vedras.
- GONÇALVES, VICTOR S. (1988/89) – A ocupação pré-histórica do Monte Novo dos Albardeiros (Reguengos de Monsaraz), *Portugalia*, N.S., IX-X, Porto.
- GONÇALVES, VICTOR S. (1989) – *Megalitismo e metalurgia no Alto Algarve Oriental – uma aproximação integrada*, Lisboa.
- GONÇALVES, VICTOR S. (1990/91) – *TESP 3: O povoado pré-histórico da Torre do Esporão* (Reguengos de Monsaraz), *Portugalia*, N.S., XI-XII, Porto.
- GONÇALVES, VICTOR S. (1993) – Emergência e desenvolvimento das sociedades agro-metalúrgicas, *História de Portugal – Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, Ediclube, Amadora.
- GONÇALVES, VICTOR S. (1994a) – A primeira metade do 3º milénio no Centro/Sul de Portugal. Algumas breves reflexões, enquanto outras não são possíveis, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia – Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular*, XXXIV, 3-4, Porto.
- GONÇALVES, VICTOR S. (1994b) – Monte da Mangancha, *Informação Arqueológica*, 9, Lisboa.
- JORGE, SUSANA OLIVEIRA (1993) – O povoado de Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa) no contexto da Pré-História Recente do Norte de Portugal, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia – Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular*, XXXIII, 1-2, Porto.
- JORGE, SUSANA OLIVEIRA (1994) – Colónias, fortificações, lugares monumentalizados. Trajectória das concepções sobre um tema do Calcolítico peninsular, *Revista da Faculdade de Letras*, II Série, XI, Porto.
- JORGE, VÍTOR OLIVEIRA (1973) – Novas estações pré-históricas do litoral de Porto Covo (Sines): notícia preliminar, *Actas das II Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses – Lisboa, 1972*, I, Lisboa.
- LIMA, PAULO (1992) – *Património de Portel – Recenseamento preliminar (áreas rurais)*, I, Portel.
- MANIQUE, LUIS DE PINA (1945) – Antas do Alentejo. Uma zona dolménica a norte do distrito de Beja, *Arquivo de Beja*, II, 3-4, Beja.
- MANTAS, VASCO (1986) – Implantação rural romana em torno da villa de S. Cucufate (Vidigueira), *Arquivo de Beja*, 2ª Série, III, Beja.
- MANTAS, VASCO, PIERRE SILLIÈRES (1990) – La vie économique du domaine, *Les*

Villas Romaines de São Cucufate (Portugal), Paris.

- PARREIRA, RUI (1983) – O Cerro dos Castelos de S. Brás (Serpa). Relatório preliminar dos trabalhos arqueológicos de 1979 e 1980, *O Arqueólogo Português*, 4ª Série, I, Lisboa.
- PARREIRA, RUI (1990) – Considerações sobre os milénios IV e III a.C. no Centro e Sul de Portugal, *Estudos Orientais. I – Presenças orientalizantes em Portugal. Da Pré-História ao Período Romano*, Lisboa
- PARREIRA, RUI, FRANCISCO SERPA (1995) – Novos dados sobre o povoamento da região de Alcalar (Portimão) no 4º e 3º milénios A.C. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia – Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular*, XXXV, 3, Porto.
- PEREIRA, JORGE P. (1976/77) – A gruta natural da Salvé Rainha (Serra de Montejunto), *Setúbal Arqueológica*, II-III, Setúbal.
- RAMOS, CARLOS, ARTUR MARTINS, JOÃO MURALHA, ALEXANDRA ESTORNINHO (1993) – O Castelo de Aljustrel – campanhas de 1989 e 1992, *Vipasca*, 2, Aljustrel.
- SANTOS, M. FARINHA DOS (1967) A necrópole de tipo tholos de Santiago do Escoural, *O Arqueólogo Português*, 3ª Série, I, Lisboa.
- SANTOS, M. FARINHA DOS, O. DA VEIGA FERREIRA (1969) – O monumento eneolítico de Santiago do Escoural, *O Arqueólogo Português*, 3ª Série, III, Lisboa.
- SANTOS, M. FARINHA DOS, JOAQUINA SOARES, CARLOS TAVARES DA SILVA (1972) – Campaniforme da Barrada do Grilo (Torrão – Vale do Sado), *O Arqueólogo Português*, 3ª Série, VI, Lisboa.
- SHERRATT, ANDREW (1981) – Plough and pastoralism: aspects of the secondary products revolution, *Pattern of the Past*, Cambridge.
- SHERRATT, ANDREW (1983) – The secondary exploitation of animals in the Old World, *World Archaeology*, XV, 1.
- SHERRATT, ANDREW (1995) – Reconstructing Prehistoric Farming, *Trabalhos de Arqueologia*, 7 – *Origens, Estruturas e Relações das Culturas Calcolíticas da Península Ibérica. Actas das I Jornadas Arqueológicas de Torres Vedras, 3-5 Abril 1987*, IPPAR, Lisboa.
- SILVA, CARLOS TAVARES DA, JOAQUINA SOARES (1976/77) – Contribuição para o conhecimento dos povoados calcolíticos do Baixo Alentejo e Algarve, *Setúbal Arqueológica*, II-III, Setúbal.
- SILVA, CARLOS TAVARES DA, JOAQUINA SOARES (1981) – *Pré-História da Área de Sines*, Lisboa.
- SILVA, CARLOS TAVARES DA, JOAQUINA SOARES, FERNANDO J. S. GOMES (1982) – Identificação de um povoado fortificado calcolítico no Torrão do Alentejo, *Arqueologia*, 5, Porto.
- SILVA, CARLOS TAVARES DA (1983a) – As primeiras comunidades neolíticas, *História de Portugal*, 1, Lisboa
- SILVA, CARLOS TAVARES DA (1983b) – O megalitismo e os primeiros metalurgistas, *História de Portugal*, 1, Lisboa.
- SILVA, CARLOS TAVARES DA, JOAQUINA SOARES (1986) – Intervenção arqueológica na vila do Torrão: ocupação calcolítica, *Trabalhos de Arqueologia*, 3 – *I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Setúbal, 1985)*, IPPC, Lisboa.
- SILVA, CARLOS TAVARES DA (1987a) – Megalitismo do Alentejo ocidental e do Sul

- do Baixo Alentejo, *El Megalitismo en la Península Ibérica*, Madrid.
- SILVA, CARLOS TAVARES DA, JOAQUINA SOARES (1987b) – O povoado fortificado calcolítico do Monte da Tumba. I – Escavações arqueológicas de 1982-1986 (resultados preliminares), *Setúbal Arqueológica*, VIII, Setúbal.
- SILVA, CARLOS TAVARES DA (1990) – Influências orientalizantes no Calcolítico do Centro e Sul de Portugal. Notas para um debate, *Estudos Orientais. I – Presenças orientalizantes em Portugal. Da Pré-História ao Período Romano*, Lisboa.
- SILVA, CARLOS TAVARES DA (1993a) – Calcolítico, *Pré-História de Portugal*, Universidade Aberta, Lisboa.
- SILVA, CARLOS TAVARES DA (1993b) – Neolítico Médio e Final. O megalitismo, *Pré-História de Portugal*, Universidade Aberta, Lisboa.
- SILVA, MIGUEL LAGO DA (1990) – *Carta Arqueológica de Cuba. Relatório de actividades 1989/90*, (relatório apresentado à Câmara Municipal de Cuba).
- SOARES, A. MONGE, M^a. FÁTIMA ARAÚJO, J. M. PEIXOTO CABRAL (1985) – O Castelo Velho de Safara: vestígios da prática da metalurgia, *Arqueologia*, 11, Porto.
- SOARES, A. MONGE (1992) – O povoado calcolítico dos Três Moinhos (Baleizão, concelho de Beja). Notícia preliminar, *Setúbal Arqueológica*, IX-X, Setúbal.
- SOARES, A. MONGE, M^a DE FÁTIMA ARAÚJO, J. M. PEIXOTO CABRAL (1994) – Vestígios da prática de metalurgia em povoados calcolíticos da bacia do Guadiana, entre o Ardila e o Chança, *Arqueología en el entorno del Bajo Guadiana – Actas del Encuentro Internacional de Arqueología del Suroeste*, Huelva.
- SOARES, JOAQUINA, CARLOS TAVARES DA SILVA (1976/77) – Cerâmica campaniforme de Vale Vistoso (Porto Covo – Sines), *Setúbal Arqueológica*, II-III, Setúbal.
- SOARES, JOAQUINA, CARLOS TAVARES DA SILVA (1992) – Para o conhecimento dos povoados do megalitismo de Reguengos, *Setúbal Arqueológica*, IX-X, Setúbal.
- VIANA, ABEL (1946) – Pelo Baixo Alentejo – notas históricas, arqueológicas e etnográficas, *Arquivo de Beja*, III, 1-2, Beja.
- VIANA, ABEL (1953) – O monumento megalítico da Folha da Amendoeira (Odivelas do Alentejo), *Zephyrus*, IV, Salamanca.

Beja, Novembro 1996.

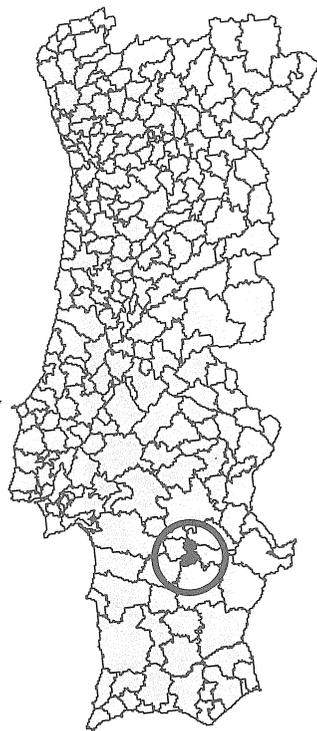


Fig. 1 – Localização do concelho de Cuba no mapa de Portugal.



Fig. 2 – Sítios pré-históricos identificados até ao momento no concelho de Cuba: 1. Anta de Cima; 2. Aroeira; 3. Fareloa; 4. Formiga 1; 5. Monte da Ribeira 1; 6. Monte da Ribeira 3; 7. Monte da Ribeira 4; 8. Menir da Horta dos Canos do Meio; 9. Azurria 2; 10. Cabeço da Azurria; 11. Cabeço da Mina; 12. Cabeço do Monte dos Bispos; 13. Monte das Passadeiras; 14. Outeiro do Tijolo; 15. Erdade dos Urmos.

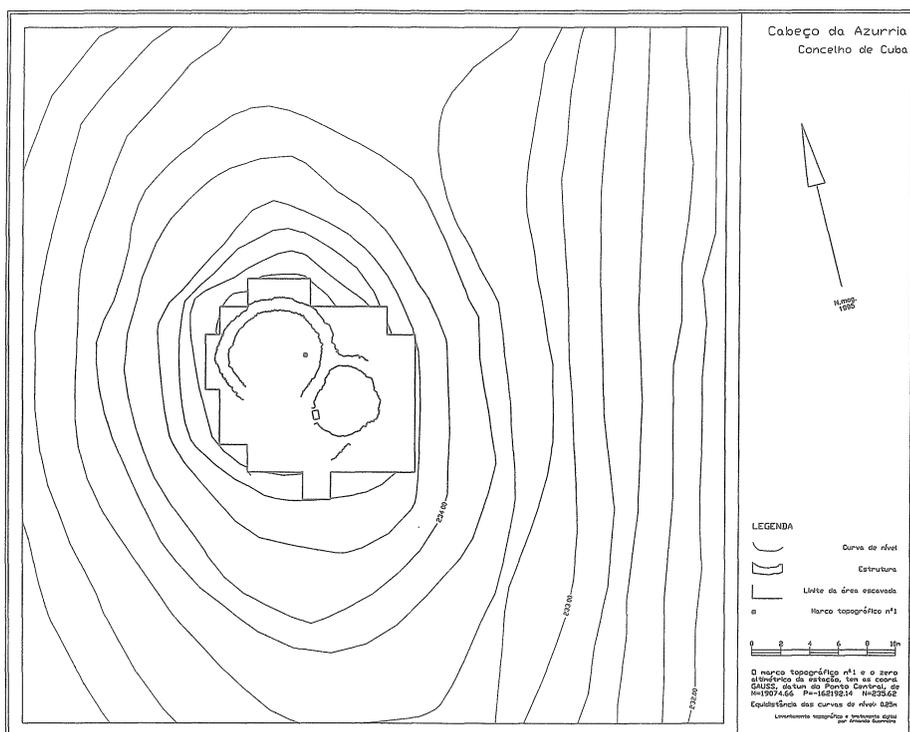


Fig. 3

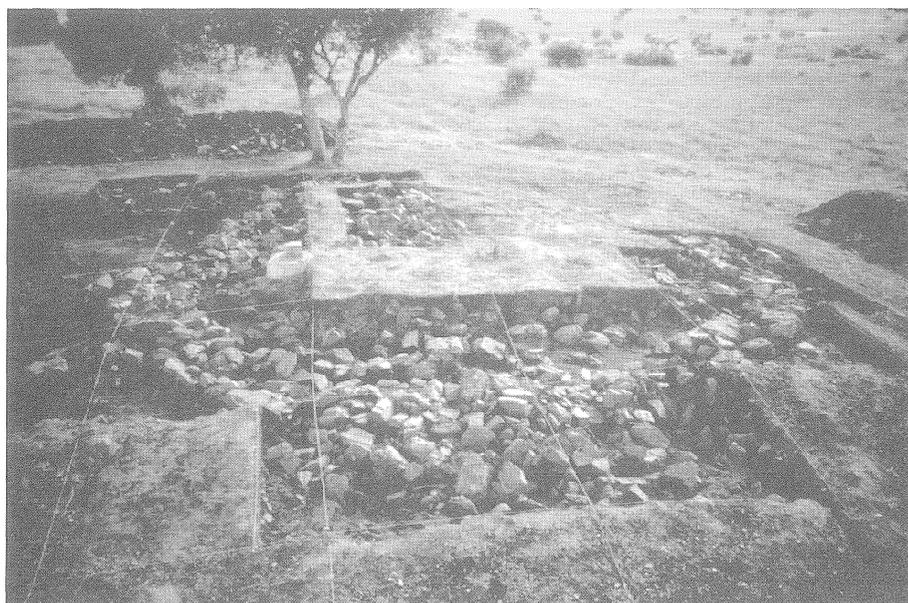


Fig. 4 – Cabeço da Azurria 1994 – pormenor do compartimento central.